



COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

CONVOCAÇÃO Nº 08

**8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO GRUPO DE TRABALHO DE
VIGILÂNCIA EM SAÚDE**

Data: 16/10/2023

Horário: 14:00 horas

Por videoconferência

PAUTA

1 – APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO:

1.1. – Atualização sobre o Cofinanciamento, após a Resolução CIB nº 1023/2023, que trata do prazo até 30/09 para os municípios regularizarem suas contas para recebimento de recursos específicos do Tesouro Estadual. (Cristina Laval – Assessora Técnica Gabinete SUVISA)

Dra. Cristina Laval – Assessora Técnica Gabinete SUVISA/SES, informou sobre o processo SEI 202300010004899, que acompanha a disponibilização dos recursos para os municípios. Também está disponível pelo link www.saude.go.gov.br/prestação-de-contas/repassagemunicípios, que demonstra tudo o que foi empenhado e pago aos municípios. A informação inclui duas Resoluções CIB, a nº 002/2023 e nº 834/2023, que determinaram a abertura de contas bancárias específicas para o recebimento de transferências fundo a fundo do Tesouro Estadual para ações/serviços de custeio e de investimento, incluindo o cofinanciamento das ações de Vigilância em Saúde. A Resolução CIB nº 1023/2023 orienta os municípios a regularizarem a abertura das contas bancárias específicas para recebimento de transferências regulares e automáticas até 30 de setembro de 2023. Após essa data, ficou pactuado que os municípios que não regularizassem as contas ficariam desabilitados a receber os recursos do cofinanciamento das ações de Vigilância em Saúde até o fim da primeira edição. Próximo à data limite, 27/09, foi enviado um e-mail às Regionais de Saúde, com a orientação para que os municípios jurisdicionados que ainda não tivessem recebido recursos de investimento fossem contatados novamente, conforme as Resoluções citadas, e providenciassem o envio de Ofício à Secretaria de Estado da Saúde para a Superintendência de Gestão Integrada, através dos e-mails astecsgo.saude@goias.gov.br ou marcela.santos@goias.gov.br. Todos os municípios já receberam os recursos de custeio e regularizaram as informações sobre as contas bancárias específicas para esse fim. Contudo, 21 municípios ainda não receberam os recursos de investimento, provavelmente devido à não abertura das contas bancárias até o dia 30



COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

de setembro. Estes municípios são: Abadiânia, Água Limpa, Alexânia, Barro Alto, Buritinópolis, Colinas do Sul, Cromínia, Damianópolis, Goiânia, Guarani, Mambaí, Monte Alegre, Mossâmedes, Mozarlândia, Niquelândia, Ouvidor, Pirenópolis, Santa Rita do Novo Destino, Santa Rosa de Goiás, Sítio d'Abadia e Vila Propício. Até o momento, foram repassados R\$ 3.304.854,32 (três milhões, trezentos e quatro mil, oitocentos e cinquenta e quatro reais e trinta e dois centavos) de custeio e R\$ 6.912.589,88 (seis milhões, novecentos e doze mil, quinhentos e oitenta e nove reais e oitenta e oito centavos) de investimento, totalizando R\$ 10.217.444,20 (dez milhões, duzentos e dezessete mil, quatrocentos e quarenta e quatro reais e vinte centavos), o que corresponde a 32,17% do total previsto de R\$ 31.757.270,63 (trinta e um milhão, setecentos e cinquenta e sete mil, duzentos e setenta reais e sessenta e três centavos). Há ainda três municípios (Amaralina, Aracu e Guapó) nos quais foi emitida a ordem de pagamento, mas o repasse foi cancelado devido a inconsistências nas datas de abertura das contas bancárias.

Dra. Flúvia Amorim – SUVISA/SES, esclarece que teve problemas com e-mail de alguns Municípios, não houve tempo hábil para avaliar a situação dos Municípios, que não receberam, informa que a SGI/SES vai avaliar, se mandou dados dentro do prazo porque não recebeu, sugere para esses Municípios, procurar diretamente SGI/SES para verificar os problemas, qual foi a incompatibilidade na conta, precisa fazer um encerramento.

Dra. Cristina Laval – Assessora Técnica Gabinete SUVISA/SES, disse que tem Municípios que enviaram a documentação até o dia 30 e não receberam no dia definido para o pagamento, foram receber após cinco dias, depois que toda a papelada foi consolidada e passou pelos ritos necessários, segundo a SGI, dá exemplo Crixás, resolveu as pendências e quatro dias depois recebeu, checamos com a SGI se algum Município havia enviado documentação após o dia 30/09, nenhum envio após essa data, porque a orientação para quem não conseguiu enviar dentro do prazo, que enviasse depois, cada caso seria analisado.

Dra. Jaqueline Gonçalves – Secretária Executiva COSEMS, disse foi um processo muito conturbado, SGI requerendo o número da conta já tinha enviado; o Município Mambaí relata que por diversas vezes tentou falar com SGI para entender qual o motivo da negativa da conta informada mas não recebeu resposta; sugere fazer um depara de quais são as razões que essas contas foram refutadas, foi dito que o número da conta era inconsistente mas não explicou qual era o erro, porque quando o Município não recebe orientação não consegue buscar alternativas, para não ter nenhuma penalidade, nenhum tipo de injustiça ou penalizações, pensa que precisa passar um pente fino, e entender as razões, que tipo de erro foi constatado, o Município conhecendo o erro sabe a forma de agir.



COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

Dra. Flúvia Amorim – SUVISA/SES, reforça que o prazo é até o dia 30/09, depois dessa data a SGI/SES, não recebeu mais nada, sugere COSEMS e SGI analisar cada caso, para entender melhor; concorda fazer esse meio de campo e marcar a reunião com os Municípios.

Dra. Cristina Laval – Assessora Técnica Gabinete SUVISA/SES, sugere fazer, antes de findar o prazo, enviar um e-mail novamente, para as regionais para acionar esses Municípios para verificar na SGI as pendências, pede para as regionais e Municípios ficarem atentos para responder a esse chamamento.

Dra. Flúvia Amorim – SUVISA/SES, disse que precisa ouvir cada Município, o ideal ir para a reunião sabendo o problema de cada um, o que foi apontado para não receber o recurso, mesmo tendo entregado a documentação.

Dra. Patrícia Palmeira – SMS/ Inhumas /Presidente do COSEMS, reiterar no dia 24 de agosto conversou pessoalmente conversar com o Superintende da SGI, e fizeram os apontamentos de vários municípios que ainda estavam sendo demandados pela abertura da conta, foi apresentado no GT de agosto, mas que já estavam recebendo o repasse, concorda reunião, sugere SGI fazer um relatório, dos 21 Municípios, apontando qual inconsistência qual é o problema.

Encaminhamento: Se reunir com SGI para verificar quais os municípios que não receberam e fazer a avaliação.

1.2 – Resultado Final do Programa de Qualificações das Ações de Vigilância em Saúde/ PQA-VS de 2022. (Divânia França - Coordenadora Geral de Apoio Técnico SUVISA)

Dra. Divânia França - Coordenadora Geral de Apoio Técnico SUVISA, informou que foi liberada, no último dia 28 de setembro de 2023, a Portaria nº 1.386 com os resultados. Houve todo o cuidado na elaboração de um documento, um ofício circular, para comunicar todas as Regionais e os municípios goianos sobre a liberação dos resultados. Destacou ser importante frisar que, do ponto de vista do Estado enquanto unidade da federação, Goiás ficou entre as 10 unidades em que 80% dos municípios aderidos alcançaram 90% das metas, totalizando 207 municípios, desempenho superior ao do ano anterior. Foi apresentada uma tabela em que as melhores performances entre os 14 indicadores estão relacionadas à alimentação de dados no Sistema de Informação de Mortalidade (SIM), à alimentação da sala de vacina no SINI e ao número de ciclos que atingiram 80% de cobertura de imóveis visitados. Já os indicadores com pior desempenho referem-



COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

se à notificação imediata de doenças de notificação compulsória e à proporção de casos de malária que iniciaram tratamento em tempo oportuno. Apresentou um mapa do estado com gráfico em que os municípios que alcançaram suas metas estão destacados em verde, enquanto os que não alcançaram estão em amarelo. No que se refere à alimentação do SIM, a maior parte dos municípios, totalizando 203, alcançou a meta. Por outro lado, em relação ao SINASC, observou-se um quantitativo menor de municípios com esse alcance, sendo, portanto, uma situação que precisa ser revista nos municípios quanto à inserção dessas informações no sistema, especificamente as DNVs. Quanto à alimentação mensal da dose de vacina aplicada e à movimentação de muro biológico, observou-se um quantitativo expressivo de municípios que conseguiram alcançar as metas. Esse indicador, inclusive, apresentou melhora em relação ao desempenho observado em 2021, apontando evolução positiva em 2022. No que se refere ao indicador de cobertura vacinal, apenas 26 municípios (ou 26% do total) alcançaram a meta. Considerando o Estado como um todo, a performance foi baixa. Espera-se que esse cenário mude em 2023, especialmente porque está em andamento, enquanto unidade da federação, uma estratégia de microplanejamento envolvendo todos os municípios goianos. A expectativa é de que esse dado apresente melhor desempenho no próximo ano. Com relação à amostra de água analisada com residual de agente desinfetante para consumo humano, observou-se excelente performance nos municípios da região Sudoeste I, Sudoeste II e Entorno Sul. Em contrapartida, as regiões Norte, Nordeste I, Nordeste II, Entorno Norte e Rio Vermelho apresentaram os piores resultados do Estado nesse indicador. Acredita-se que as ações que estão sendo co-financiadas em âmbito estadual contribuem para a melhoria desse indicador. Sobre o indicador 6, destacou que apresenta uma situação diferenciada: 121 municípios não foram avaliados por não apresentarem dados de notificação compulsória. Esses municípios são considerados silenciosos e, por isso, entram no denominador como municípios que não alcançaram a meta. Assim, nessa análise, apenas 39 municípios atingiram as metas referentes ao indicador 7. O Estado, de maneira geral, apresentou silêncio nesse indicador, com apenas três municípios realizando notificações sobre malária, sendo que somente dois alcançaram a meta. No indicador 8, referente ao número de ciclos que atingiram pelo menos 80% de cobertura, o resultado foi positivo, com a maioria dos municípios alcançando a meta. A proporção de contatos examinados de casos novos de hanseníase foi apontada como uma situação preocupante. Um total de 110 municípios não foi avaliado (silenciosos), e, entre os que notificaram, 36 não alcançaram a meta. Foi apresentado um retrato de uma doença altamente negligenciada, que demanda maior atenção das autoridades sanitárias. Considerando os municípios não avaliados e os que não alcançaram a meta, o total chega a 146. Essa situação também é análoga à da tuberculose, ambos agravos negligenciados que, do ponto de vista da vigilância em saúde, apresentam um cenário marcado por subnotificação e baixo alcance dos indicadores pactuados, mesmo quando



COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

há notificação. O indicador 11, referente ao número de testes de sífilis por gestante, foi apontado como complexo, pois reflete diretamente a atuação da atenção primária à saúde. Apesar de ter apresentado evolução significativa em 2023, o cenário geral do Estado ainda não é positivo, com grande número de municípios sem alcance da meta. Esse resultado contrasta com o da testagem para HIV, que mostrou melhor desempenho, com maior número de municípios atingindo suas metas. Em relação ao indicador 13, que trata da proporção do preenchimento dos campos de ocupação das classificações de doenças relacionadas ao trabalho, 131 municípios alcançaram suas metas, embora ainda exista um número significativo de municípios não avaliados. Por fim, quanto à proporção de notificações de violência interpessoal e autoprovocada com o campo raça/cor preenchido com informação válida, foi observado um quantitativo de 67 municípios silenciosos. Entre os que notificaram, a maioria alcançou as metas, embora parte deles ainda precise revisar os processos de trabalho para melhor desempenho. Foi pontuado que todas as informações apresentadas até o momento referem-se ao resultado final do ano de 2022. No entanto, lembrou-se que já é outubro de 2023 e que, para o ano corrente, há uma nova portaria – a Portaria nº 233, de março de 2023 – que traz efeitos retroativos a 1º de janeiro de 2023 e apresenta alterações tanto na forma de cálculo dos indicadores como nos próprios indicadores e metas.

Dra. Thaynne Rezende Amaral - Coordenação Vigilância em Saúde, manifestou uma dúvida em relação ao indicador 7, que trata da proporção dos casos de malária que iniciaram o tratamento em tempo oportuno. Informou que, no seu município, o numerador foi zero e, consequentemente, o denominador também, o que resultou em não atingimento da meta. A dúvida apresentada foi se, nesse caso, o município deixa de ser avaliado ou deixa de receber o recurso, considerando que não houve nenhum caso registrado.

Dra. Divânia França – Coordenadora Geral de Apoio Técnico SUVISA, esclareceu que, em relação ao PQADS, o município deixa de receber. Inclusive, mencionou que essa é uma dúvida recorrente. Ao observar os dados do Estado de Goiás, apenas três municípios notificaram casos de malária; os demais foram considerados silenciosos. Ressaltou que esse é um dos vieses do PQADS: municípios silenciosos deixam de receber os recursos. O cálculo do indicador considera no denominador tanto os municípios que não alcançaram a meta quanto os que não foram avaliados. Explicou que o PQADS funciona com base na performance populacional do município. Dependendo do porte populacional, será necessário alcançar 10, 11 ou até 12 indicadores. E, nesse caso específico, apontou que há situações em que pode não ser possível atingir os 14 indicadores previstos.

Dra. Lilian – Entorno Sul, relatou que os municípios da sua Regional estão localizados majoritariamente no entorno de Brasília. Explicou que, quando Brasília recebe a gestante



COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

e realiza a Declaração de Nascido Vivo, há impacto negativo no indicador de nascidos vivos, pois, em alguns casos, os municípios não conseguem atingir a meta devido ao fato de que Brasília não realiza a digitação da declaração no tempo oportuno. Ressaltou que essa situação acaba fugindo da governabilidade da Regional de Saúde do Entorno Sul com relação a Brasília, e demonstrou dúvida sobre a necessidade de apoio adicional ou de uma reunião específica para tratar da digitação oportuna dessas informações. Informou ainda que o indicador estava satisfatório na primeira e segunda preliminares. No entanto, na terceira preliminar de 2022, o desempenho do município caiu, justamente porque as Declarações de Nascidos Vivos não haviam sido digitadas dentro do prazo adequado.

Dra. Divânia França – Coordenadora Geral de Apoio Técnico SUVISA, comentou que, em relação aos municípios localizados na região do entorno, realmente existem problemas pontuais. Considera importante destacar que, dentro do DataSUS, há um painel chamado Regularidade de Alimentação do Sistema de Informação, tanto do SIM quanto do SINASC. Esse instrumento apresenta, de forma trimestral ou quadrimestral, a performance da alimentação dos dados conforme as metas estabelecidas para cada município. Disse que é importante que o município faça essa avaliação para verificar exatamente como está a situação de alimentação.

Dra. Lilian – Entorno Sul, informou que conversará com a coordenadora posteriormente para acompanhar a situação, destacando que o problema apresentado refere-se basicamente ao ano de 2022.

Dra. Flúvia Amorim – SUVISA/SES, tranquilizou Dra. Lilian, informando que, pelo que foi apresentado, não há indicação de corte de verba. Esclareceu que é necessário regularizar a situação, mas, até o momento, não consta previsão de corte de recursos para a região.

Dra. Jaqueline Gonçalves – Secretária Executiva COSEMS, mencionou a malária, destacando que o Estado de Goiás não é região endêmica. Explicou que os casos registrados são importados e ressaltou que o município não pode registrar casos fictícios para receber recursos ou benefícios indevidos.

Dra. Flúvia Amorim – SUVISA/SES, informou que o novo indicador mudou, mas que atualmente ainda está sendo avaliada a versão antiga.

Dra. Jaqueline Gonçalves – Secretária Executiva COSEMS, destacou que não é possível inventar casos para receber recursos, pois isso comprometeria a credibilidade



COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

dos dados. Por outro lado, ressaltou que também não é justo que o município dependa da ocorrência ou não de casos importados para ter acesso ao recurso.

Dra. Magna Carvalho – GVEDNTPS/SUVISA/SES, afirmou que esse indicador sempre foi um desafio para os municípios do entorno. Conforme mencionado por Dra. Divânia, o Ministério considera uma estimativa para cada município, e a avaliação é feita com base na residência. Portanto, quando o Distrito Federal atende uma mulher que tem um bebê, o correto seria registrar a residência como sendo em Goiás, no entorno. No entanto, frequentemente isso não ocorre, pois, para garantir o atendimento, as próprias mulheres não informam o endereço de Goiás. Como resultado, os nascidos vivos ficam subestimados nos municípios do entorno. Se o DF anotasse corretamente o endereço como Goiás, mesmo que o atendimento ocorra lá, a residência no entorno seria considerada e o dado contabilizado. Acredita-se que esse seja o principal motivo da subestimação. É um problema a ser resolvido. A vigilância, em várias reuniões com o DF, sempre reforça a importância do correto preenchimento do endereço. Também é necessário trabalhar com as pessoas atendidas para que informem o endereço correto, caso contrário, os dados continuarão subestimados. Além disso, levando isso em consideração, Dra. Divânia destacou que há um percentual de indicadores que cada município precisa atingir, e o Ministério faz isso ciente das dificuldades enfrentadas por alguns municípios. Municípios muito pequenos, por exemplo, têm um percentual menor a cumprir, inclusive em relação ao indicador de malária, que pode parecer irrelevante para alguns, mas que faz parte da margem de tolerância para aqueles que terão dificuldade em alcançar todos os indicadores.

Dra. Flúvia Amorim – SUVISA/SES, informou que, em relação aos nascidos vivos, começará a perceber uma mudança. Destacou que já existe uma maternidade em Luziânia, com boa estrutura, e que, com a inauguração da maternidade em Águas Lindas, o Entorno Sul terá dois pontos de atendimento obstétrico. Com isso, é possível que a situação se modifique ao longo do tempo, embora não completamente, pois ainda haverá nascimentos de goianos no Distrito Federal, o que é uma realidade. Entretanto, haverá um aumento nos nascimentos registrados no estado de Goiás, com as duas maternidades funcionando plenamente. Ressaltou que esse tema foi apresentado e discutido na reunião.

Dra. Patrícia Palmeira – SMS de Inhumas/ Presidente do COSEMS, sugeriu atenção para verificar se todas as Regionais estão participando do GT, pois alguns gestores relataram que algumas Regionais não possuem representantes nas reuniões do GT. Questionou



COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

se será feito um informe aos gestores sobre essa questão.

Dra. Cristina Laval – Chefe de Gabinete da SUVISA, disse que enviará o e-mail para todas as Regionais que estão inseridas no processo, para as Regionais que estão com municípios com problemas.

Encaminhamento: Vai para pauta da CIB

1.3 – Termo de Vistoria e Conclusão da Obra da Academia da Saúde de Umuarama, Águas Claras e Vila Brasília. (Dra. Daniela Sallum – Secretaria Municipal de Saúde de Iporá)

Dra. Daniela Sallum – SMS Iporá, informou que há três Academias de Saúde no município, mas apenas uma conseguiu o custeio, pois houve um engano: a produção que era da academia foi registrada na Unidade de Saúde, mas isso foi corrigido. O caso foi encaminhado ao Ministério da Saúde (MS), em Brasília, e, segundo a técnica do MS, está tudo correto em relação a Iporá. Porém, desde 2016, o município não recebeu incentivo das outras duas academias. Foram feitos os informes de conclusão das obras e solicitado aos engenheiros que realizassem novamente o termo de vistoria. O documento foi protocolado e enviado ao Estado, mas, até o momento, não houve nenhuma informação sobre o andamento. Também foi informado que as academias estão precisando de reparos; chegou a ser divulgado nas redes sociais que a identificação visual está prejudicada.

Dra. Rosane – GVEDNT/SUVIS/SES, informou que a academia que deve ser registrada no SISMOP é a Academia de Vila Brasília. A Academia do Setor Aeroporto está registrada como concluída e recebeu as três parcelas, porém, no SISMOP, não consta nenhuma informação sobre conclusão ou nomeação, e está sem funcionar. A última parcela foi liberada em 2011. Em 2014, a academia não estava concluída nem em funcionamento, e nada foi registrado no CNES sobre essa situação. A outra academia, do Jardim Novo Horizonte, que foi financiada por emenda parlamentar, está em processo de cancelamento. Recebeu a segunda parcela, via Portaria 2012, em setembro de 2012, mas não recebeu a terceira parcela e está em cancelamento. Em Brasília, essa academia recebeu duas parcelas, mas, segundo a base do CNES, foi concluída em 2018. Para que seja solicitado o custeio, a academia precisa estar concluída e em funcionamento. É necessário realizar a solicitação no SAIPS, que ficou fechado antes da pandemia e foi reaberto. Portanto, a Academia de Saúde está sem verba desde 2023, e a fila para receber recursos está grande. Estão solicitando o registro no SAIPS, mas o Ministério da Saúde



COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

não possui verba para liberar o custeio das academias no momento. Além disso, para as academias cadastradas após a pandemia no SISMOB, a liberação do custeio poderá demorar. As academias dos bairros Umuarama e Águas Claras não constam na planilha do Ministério da Saúde. No SISMOB, aparecem como requalificação de UBS, classificadas como PSF. Esses são os dados que a Coordenação considera. Foi solicitado o número do SAIPS para encaminhamento do pedido de custeio, bem como o envio do e-mail para a Coordenação, para que, com esse número de solicitação, possa haver acompanhamento junto ao Ministério da Saúde.

Dra. Flúvia Amorim – Superintendente /SUVISA/SES, questionou se, das três academias, a de Vila Brasília está regularizada e se está recebendo recursos pelo sistema.

Dra. Rosane – GVEDNT/SUVIS/SES, informou que a academia de Vila Brasília está concluída e cadastrada no sistema CNES, mas ainda não está recebendo recursos, pois não há portaria do Ministério da Saúde liberando o custeio para ela. É necessário verificar essa situação, pois a academia precisa receber a terceira parcela da construção. Apesar de estar concluída e com o cadastro no CNES, ainda não recebeu essa terceira parcela. Propôs discutir com o município para que a terceira parcela seja recebida, pois, para solicitar o custeio mensal, é necessário ter recebido essa parcela.

Dra. Flúvia Amorim – Superintendente /SUVISA/SES, solicitou que a Dra. Daniela entrasse em contato com a técnica Dra. Rosana, para que possam se comunicar com o Ministério da Saúde.

Dra. Daniela Sallum – SMS Iporá, perguntou qual será a edição do CNES e se a base de dados foi atualizada. Informou que os documentos foram encaminhados à CIB desde 2016 e que, no SISMOB, está tudo correto, inclusive a Unidade possui foto comprovando a vistoria. Não sabe explicar o que ocorreu, mas esteve no Ministério da Saúde e eles reconhecem as três Unidades, embora não saibam o que estava acontecendo. Há responsável técnico pelas atividades realizadas, e os documentos foram encaminhados antes da pandemia. Duas dessas academias possuem CNPJ tanto da saúde quanto da prefeitura, o que foi informado no CNES, SIOPS e SAIPS; tudo foi feito. Sugeriu marcar uma visita para verificar o que precisa ser feito para regularizar.

Dra. Rosane – GVEDNT/SUVIS/SES, informou que há três academias no SISMOB, e as duas que estão sendo solicitadas constam no CNES. Contudo, as academias dos bairros Umuarama e Águas Claras não estão no SISMOB, mas constam no CNES.



COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

Dra. Flúvia Amorim – Superintendente /SUVISA/SES, comentou que é necessário localizar as informações para ajustar os dados e, se for o caso, elaborar a Resolução AD Referendum.

Dra. Jaqueline Gonçalves – Secretária Executiva COSEMS, afirmou que a Dra. Rosane e a Dra. Daniela precisam se encontrar, pois há um desencontro de informações. Acredita que o Ministério da Saúde esteja revisando a questão dos recursos para a Academia da Saúde, que está aguardando desde 2016, e que a promoção da saúde volte a ser uma pauta prioritária.

Dra. Flúvia Amorim – Superintendente /SUVISA/SES, confirmou que, se a discussão for concluída antes da próxima reunião da CIB, será elaborada uma Resolução ad referendum. Caso contrário, o assunto será encaminhado para o próximo GT.

Encaminhamento: Não vai para pauta da CIB

1.4 – Balanço da Campanha de Multivacinação 2023 e Microplanejamento. (Gerência de Imunização – Joice Dorneles)

Dra. Joice Dorneles – GI/SUVISA/SES, apresentou um slide com o balanço do Microplanejamento e da Campanha de Multivacinação. A campanha foi intensa, iniciando em 30/10 e encerrando em 14/11, dividida em duas etapas. A estratégia utilizada foi o Microplanejamento para as atividades de alta qualidade, implementada de forma regionalizada em cada unidade federada, junto às Macrorregiões de Saúde e respectivos municípios, com o apoio do Ministério da Saúde (MS). Também foi realizada a operacionalização da multivacinação, com o objetivo de melhorar a homogeneidade e a efetividade do processo de imunização no estado. O MS trabalhou com campanhas em datas distintas, realizando o planejamento in loco, conforme as especificidades de cada território. Foram feitas várias ações, entre elas uma capacitação promovida pelo Ministério da Saúde, com 48 participantes que atuaram como multiplicadores; as Regionais de Saúde, a Atenção Primária à Saúde, a Vigilância e outros atores participaram da vacinação; houve ainda outras capacitações do MS com as regionais e municípios, focadas no preenchimento de diversas planilhas, totalizando 1.603 pessoas capacitadas. A Dra. Joice parabenizou os técnicos das regionais pelo envolvimento na campanha, com grande participação dos municípios na busca das crianças que precisavam ser vacinadas. Foi apresentado um cronograma com as ações necessárias e o próximo passo será a prestação de contas. Foram repassados recursos para os 246 municípios, sendo inicialmente 60% do valor e os 40% restantes conforme o cronograma



COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

elaborado; também foi disponibilizado um link para que os municípios informassem as ações realizadas e prenchessem as planilhas, com prazo até novembro de 2023 para pagamento do valor restante. Com a visita do Diretor de Imunização do MS, o prazo foi estendido para 2024, incluindo a destinação dos recursos financeiros. A campanha vacinou crianças de 0 a 14 anos, 11 meses e 29 dias. Apesar do tempo curto, houve grande envolvimento dos municípios, que realizaram carreatas e atividades com o personagem Zé Gotinha em escolas e Unidades Básicas de Saúde. A campanha contou com a capacitação de mais 504 pessoas, distribuição de insumos e imunobiológicos aos 246 municípios e outras ações fundamentais, como depoimentos de especialistas nas redes sociais divulgando o Programa Nacional de Imunização e o processo de erradicação de doenças graves no Brasil; assinatura do Pacto Nacional pela Consciência Vacinal e do Plano Estadual de Recuperação das Coberturas Vacinais – Vacina Mais Goiás, realizado pelo Governo de Goiás e Ministério Público, que conseguiu inserir a vacinação nas escolas; produção de vídeo mobilizando o público-alvo da campanha, com os personagens Zé Gotinha e Maria Gotinha, e a participação do GJ Jiraya Uai; realização de blitz em sinaleiros com distribuição de banners e panfletos; além de carreata com o Zé Gotinha pelas ruas. Foi apresentada uma avaliação da campanha, que mostrou que ainda há muitas crianças e adolescentes que precisam ser vacinados, embora tenha ocorrido grande procura pelas vacinas. Dos 1.005 mil comparecimentos, 68 mil vacinaram; cerca de 65% das pessoas que levaram crianças para vacinação ainda precisavam ser imunizadas, número considerado significativo. A busca ativa dessas crianças continuará por meio de ações como o cumprimento da Lei de Obrigatoriedade do Certificado de Vacinação, que será exigido nas matrículas escolares a partir do final de 2023, o que é benéfico para retomar a imunização; outra estratégia importante é a busca ativa dos não vacinados por meio da ferramenta Imuniza Goiás.

Foi apresentado um cartaz distribuído com as datas da campanha para a faixa etária de menores de 15 anos.

Dra. Jaqueline Gonçalves – Secretária Executiva COSEMS, comentou sobre a importância do microplanejamento. Inicialmente, houve certa resistência, mas, de maneira geral, os gestores consideram o instrumento muito eficaz. Muitos identificaram diversos gargalos apenas a partir do microplanejamento; por isso, ter ferramentas para potencializar e melhorar as ações dos municípios visando o aumento das coberturas vacinais é fundamental. De certa forma, as oficinas de microplanejamento têm sido positivas, conforme o feedback recebido dos municípios. A proposta do COSEMS é que a apoiadora do COSEMS participe do processo para oferecer suporte aos municípios. Também estão tentando agendar outro horário com toda a Diretoria do COSEMS para realizar a multiplicação do conhecimento internamente.



COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

Dra. Flúvia Amorim – Superintendente /SUVISA/SES, comentou que, ao analisar a tabela apresentada pela Dra. Joice, não apenas o comparecimento chamou atenção, mas especialmente a avaliação do comparecimento total durante a semana e no Dia D. Verificou-se que em duas semanas o comparecimento no sábado, Dia D, foi o mesmo. Portanto, é necessário ficar atento ao funcionamento da sala de vacina e à forma como a cobertura vacinal é trabalhada no município. É preciso reavaliar para garantir efetividade no planejamento e, junto a isso, implementar ações mais eficazes para alcançar a cobertura vacinal desejada, buscando estratégias que causem impacto positivo no aumento da cobertura.

Dra. Jaqueline Gonçalves – Secretária Executiva COSEMS, afirmou que cada município tem seu próprio processo de trabalho e que muitos enfrentam dificuldades no processo de compras. Não se pode adentrar no mérito, pois há gestores que possuem facilidade com a gestão, enquanto outros têm dificuldade em compreender os processos. Essa questão é mais complexa do que aparenta. Mesmo com recursos específicos disponíveis, os municípios enfrentam muitas dificuldades nos processos. Também sabem que, para realizar campanhas com horários estendidos, é necessário pagar horas extras aos servidores, o que implica hora dobrada e dificulta a execução das campanhas. De fato, existem questões que extrapolam a governabilidade e a governança do SUS.

Dra. Flúvia Amorim – Superintendente /SUVISA/SES, disse que o recurso que foi repassado e uma orientação que fizeram foi justamente a utilização de pagamento de horas extras, porque tem recurso Federal. Para o recorte específico, juridicamente é possível utilizar os recursos para pagamento de horas extras. Com o microplanejamento consegue verificar o que é melhor para trabalhar de forma efetiva, fazer isso no território. Entendem as dificuldades, mas são sugestões de melhoria em busca da efetividade das ações.

Dra. Joice – Gerência de Imunização, disse que em relação ao recebimento dos 40% o que será exigido é o que foi executado com que o dinheiro foi gasto nesse sentido para que tenham noção tanto o Estado e o MS para ser repassado os 40%. Como foi na modalidade custeio havia várias modalidades de trabalhar o recurso, mas esse recurso de microplanejamento foi especificamente destinado a área de imunização.

Dra. Andreia Abbes – SMS de São João da Aliança, disse que gostaria de deixar uma dica aos gestores para conversar com as equipes e prefeitos para que os processos sejam feitos de forma responsável e ser destinados para o que foi determinado.

Encaminhamento: Vai para pauta da CIB



COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

1.5 – Padronização das terminologias das regras de negócio para registro dos imunobiológicos nos sistemas de informação e para as coberturas vacinais. (Gerência de Imunização – Carolina de Paula).

Dra. Carolina de Paula, Gerência de Imunização, afirmou que as informações de imunização estão migrando gradativamente para a Rede Nacional de Dados em Saúde. Para que isso ocorra, é necessário padronizar as terminologias e regras de negócio de todos os sistemas que registram vacinas, como o eSUS, APS, o novo SISAPE, além dos sistemas próprios de clínicas privadas. É preciso que todos os sistemas “falem a mesma linguagem” para integrar a análise de dados e a geração de informações. Foi encaminhado aos municípios o Ofício Circular nº 235/2023/SVSA/MS, que trata da padronização das terminologias e regras de negócio para imunobiológicos no Sistema de Informações do PNI, assim como da padronização do cálculo da cobertura vacinal. O documento possui quatro anexos, cujo conteúdo foi detalhado pela gestora. Também foi ressaltada a importância da Nota Informativa nº 18 de 2023, que explica os sistemas de informação, as regras de negócio e determina que os sistemas devem estar padronizados até 31 de dezembro de 2023. Todos devem adequar seus sistemas até essa data, sendo importante reforçar que as Unidades Básicas façam a inclusão dos códigos no CNES, tanto para clínicas privadas quanto para a rede SUS. A Dra. Carolina se colocou à disposição para esclarecimentos.

Dra. Flúvia Amorim – Superintendente /SUVISA/SES, reforçou que todos os sistemas de informações terão que se padronizar, trabalhar da mesma forma. Logo, o prazo é até dezembro de 2023.

Encaminhamento: Vai para pauta da CIB

1.6 - Atualização das ações de enfrentamento às Emergências de Saúde Pública pela SES-GO na "Operação Goiás Alerta e Solidário. (Cristina Paragó Musmanno – Gerência de Emergências de Saúde Pública-GESP/SUVISA)

Dra. Grécia – SUVISASES, informou que praticamente todas as Secretarias estão envolvidas nesse enfrentamento. Identificadas ações preventivas e incluídas no Plano de contingência e o período principal de ação seria de Novembro/2023 a Fevereiro/2024 em locais com chuvas intensas e também estiagens. Apresentou mapas do Estado apontando as Regiões com seus respectivos índices de precipitações. Serão realizados 03 oficinas com as Regionais. A primeira será no HECAD no dia 26/10/23. A segunda reunião será dia 31/10 no município de Formosa e no dia 14/11 em Uruaçu. Serão feitas reuniões tam-



COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

bém relacionadas ao momento de estiagem. O link de inscrições estão sendo enviadas às Regionais.

Dra. Flúvia Amorim – SUVISA/SES, disse que neste ano está sendo trabalhado nos mesmos moldes do ano passado com reuniões presenciais. Preparar para possíveis momentos de desastres climáticos referentes ao aumento das precipitações. Tem o envolvimento de todas as pastas do governo. Muito importante o apoio de todos.

Dra. Andréia Abbes – SMS/São João da Aliança/COSEMS, disse ser muito importante essas ações nas Regiões de saúde de forma intersetorial. Esse planejamento acontecendo antes da tragédia acontecer é muito importante.

Dra. Joice Dorneles - Gerência de Imunização/SUVISA, informou que as vacinações nas regiões de maior previsão de chuvas já foi inicializada.

2 – DISCUSSÕES E PACTUAÇÕES:

Nenhum item de pactuação.

3 – INFORMES:

3.1 – Atualização da situação das liberações dos Testes Rápidos de Antígeno (TR-Ag) para detecção do SARS-CoV-2. (Divânia França – Coordenadora Geral de Apoio Técnico SUVISA)

Dra. Divânia França – Coordenadora Geral de Apoio Técnico SUVISA, informou que, no mês de outubro, havia um estoque de 3.000 testes e foram realizadas as liberações. O Ministério da Saúde se posicionou no sentido de distribuir apenas 50% da pauta prevista no final de agosto, e a SES não havia recebido esse quantitativo até a semana passada. A partir do dia 17/10, serão distribuídos 10.000 testes de forma per capita. A SES recebeu um total de 30.000 testes, sendo que 20.000 serão distribuídos de forma paulatina nos meses de novembro e dezembro.

Encaminhamento: Vai para CIB como informe.

Fim da Reunião.